Contradições entre os oprimidos e o obscurantismo progressista

O obscurantismo não é produto exclusivo da direita, tampouco resulta de uma via de mão única. Ele se manifesta sempre que a realidade social é mistificada, quando relações históricas concretas são reinterpretadas por meio de visões de mundo irracionais, anticientíficas ou pseudocientíficas. O obscurantismo se define pela sua função social: bloquear a compreensão da totalidade, interditar a crítica estrutural e converter a política em dogma moral.

A história do fascismo demonstra com clareza como esse mecanismo opera nos setores reacionários. No entanto, a questão que se impõe hoje é outra, mais incômoda: até que ponto setores que se reivindicam de esquerda não participam ativamente da produção desse novo obscurantismo? Até que ponto determinadas formas de identitarismo, mesmo quando animadas por intenções declaradamente antirracistas, não acabam reproduzindo lógicas ultra-sectárias e reacionárias? Asad Haider aponta que a transformação da identidade em fundamento absoluto da política produz contradições internas devastadoras. Ao deslocar a luta do plano das relações sociais para o terreno da identidade fixa, cria-se um campo propício à irracionalização do conflito, onde divergências políticas passam a ser interpretadas como traições ontológicas. A crítica deixa de ser momento necessário do avanço coletivo e passa a ser tratada como violência simbólica.

É nesse ponto que a reflexão de João Bernardo se torna incontornável — e profundamente incômoda. Ao analisar as raízes históricas do racismo moderno, ele observa que a atribuição de uma cultura a uma biologia (e vice-versa), característica central do fascismo, não é estranha a certos momentos do próprio movimento negro. Trata-se de uma advertência dura, mas necessária: quando a identidade é naturalizada, ela se torna terreno fértil para a biologização da política. A referência a Marcus Garvey é exemplar. Quando Garvey afirmou que "nós fomos os primeiros fascistas" e que Mussolini teria se inspirado nele, não se tratava apenas de bravata pessoal. Seu projeto recusava explicitamente a fusão de culturas e a miscigenação biológica, estabelecendo uma concepção de identidade racial fechada, essencializada e excludente. Esse tipo de formulação, ainda que se apresente como anticolonial, reproduz os mesmos pressupostos estruturais do racismo que afirma combater.

Hoje, qualquer crítica aos limites históricos e políticos do movimento negro — ou de seus desdobramentos identitários contemporâneos — é rapidamente rotulada como

racismo. A crítica política é interditada em nome de uma moral identitária. Como observa João Bernardo, vivemos um momento em que às nações somaram-se as identidades, todas elas marcadas pelo ressentimento, pela vaidade e por uma lógica obsessiva que interpreta a realidade a partir de um único prisma. No movimento negro contemporâneo, essa lógica se expressa na redução de toda a complexidade social ao "mito da cor". Esse processo se desenvolve em um contexto histórico de aprofundamento da crise capitalista, de precarização generalizada da vida e de perda de horizonte coletivo. A miséria material avança de forma brutal, enquanto a classe dominante reforça sua autoconfiança e sua capacidade de impor seus interesses mesmo em meio a crises devastadoras. O resultado é uma sociedade marcada pelo adoecimento físico e psíquico, pela fragmentação social e pela busca desesperada por pertencimento e sentido.

Nesse cenário, o deslocamento da política para o plano identitário funciona como substituto da organização coletiva. Em vez de enfrentar as estruturas que produzem a miséria, canaliza-se a indignação para disputas simbólicas, para o reconhecimento institucional e para a ocupação de espaços burocráticos. Não por acaso, as lutas identitárias contemporâneas mantêm relação orgânica com partidos políticos e com o Estado burguês, operando muito mais como formas de mediação do conflito do que como forças de ruptura. A história do racismo moderno confirma essa dinâmica. As revoltas de negros escravizados (como a Revolta dos Malês) foram respondidas não apenas com repressão direta, mas com estratégias sofisticadas de controle, deportação e reorganização da força de trabalho. A ideia de "repatriar" negros libertos para a África, apresentada como solução filantrópica, funcionou historicamente como mecanismo de expulsão dos elementos mais combativos e de estabilização da ordem escravista.

A experiência da Libéria é emblemática. Fundada sob inspiração liberal estadunidense, ela rapidamente se converteu em um regime no qual ex-escravizados transformaram-se em classe dominante, reproduzindo relações de exploração brutal sobre a população autóctone. A identidade racial compartilhada não impediu a reprodução da dominação de classe. Pelo contrário: serviu como legitimação ideológica de um novo regime de opressão. Esses exemplos históricos desmontam qualquer ilusão de que a identidade, por si só, possa fundamentar um projeto emancipatório. Sem crítica da totalidade, sem análise das relações de classe e sem organização coletiva, a política identitária tende a oscilar entre o espiritualismo moral e a integração burocrática. Teses, protestos e exigências acabam resvalando — como advertia Emil Ludwig — do plano

simbólico para o material sem mediações conscientes, abrindo espaço tanto para o autoritarismo quanto para a instrumentalização reacionária.O desafio que se coloca aos lutadores sociais hoje não é escolher entre identidade e classe, mas superar a falsa oposição entre ambas. Isso exige romper com o obscurantismo progressista, recuperar a crítica histórica e recolocar a organização popular no centro da política. Sem isso, a luta se fragmenta, o irracionalismo avança e o capital segue intacto, administrando tanto a miséria material quanto a miséria política.

Arthur Moura